

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

Organização da Educação Profissional e Tecnológica por eixos tecnológicos: um estudo sobre o Eixo Tecnológico Hospitalidade e Lazer

Douglas Dias¹, Vinicius Moraes Raszl²; Sueli S. S. Batista³

Resumo – Este artigo apresenta um breve estudo sobre a organização da educação profissional e tecnológica do eixo de hospitalidade e lazer no Brasil. Tanto em nível médio (técnico), quanto superior (tecnológico). O País oferta a milhares de estudantes anualmente vagas para a formação profissional em áreas como turismo, eventos, hospedagem, lazer e gastronomia. Essa formação passa por constantes alterações em busca de atender a projetos sociopolíticos e a demandas regionais e locais do fenômeno turístico. Este trabalho busca elucidar a proposta de cursos do Centro Paula Souza (CPS) para atender ao mundo do trabalho e a essa realidade social, relacionando o perfil profissional com as matrizes tecnológicas.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica, Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer, Educação e Trabalho.

Abstract - This article presents a brief study about the professional education organization of the hospitality and leisure axis in Brazil. Both at the middle (technical) level and at the higher (technological) level, the country offers thousands of students annually vacancies for vocational training in areas such as tourism, events, lodging, leisure and gastronomy. This formation goes through constant changes in search of socio-political projects and the regional and local demands of the tourist phenomenon. This paper seeks to elucidate the courses offered by the Centro Paula Souza to attend the world of work and this social reality, linking the professional profile with the technological matrices.

Keywords:

Professional Education, Hospitality and Leisure Axis, Labor and Education.

¹ FATEC Ipiranga – email: fontesdias5@gmail.com

² ETEC Santa Ifigênia – vraszl@hotmail.com

³ Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Paula Souza – e-mail: suelissbatista@uol.com.br

1. Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação de 1996 trouxe à tona a preocupação com a educação profissional e tecnológica e modo de integrá-la já no Ensino Médio, além de seus desdobramentos no Ensino Superior, com um olhar especial, nesta última modalidade, no ensino Tecnológico.

Dentro de um ambiente neoliberal, trazido ao Brasil nos anos 1990, a educação por competências encontrou um espaço propício para sua implementação, já que se alinhava ao discurso de governo do momento e o que refletiu na reforma da educação trazida pela LDB de 1996, abraçando as propostas produzidas dentro da própria estrutura institucional e relegando em segundo plano as discussões produzidas pela sociedade civil (MACHADO, 2002). Decretos, Resoluções e Pareceres subsequentes regulamentaram a reforma educacional posta em curso e formalizaram “(...) juridicamente a noção de competências e passa a utilizá-la com fins políticos de promoção e validação de mudanças que pretende sejam feitas nas instituições do sistema educacional brasileiro” (idem, 2002).

Neste estudo foi utilizado como método de pesquisa o levantamento bibliográfico de publicações relacionadas aos temas de formação profissional técnica e tecnológica, bem como estudos sobre o ensino em turismo, hospitalidade e lazer em diferentes fontes acadêmicas. Também foram consultadas fontes documentais como pareceres técnicos e legislações aplicadas à educação profissional e tecnológica. Na sequência, esses documentos foram analisados para observar como a formação técnica e tecnológica do Centro Estadual de Educação Técnica e Tecnológica Paula Souza vem ofertando esses cursos. Nesse artigo apresentamos e discutimos as definições dos perfis profissionais declarados pelo CPS em 2016 na publicação intitulada Perfis dos Cursos Técnicos e Tecnológicos.

2. Referencial teórico

O termo competência, ainda separado da educação formal, foi cunhado através dos estudos de B.F. Skinner, que desenvolveu uma teoria de que o ser humano adquiria conhecimento através do condicionamento social e que, segundo Skinner, todos os padrões de pensamento e ações seriam explicados por sua teoria (CASTIONI, 2010).

Dentro do cenário atual da globalização, que apresenta um discurso homogeneizador quanto à organização capitalista do trabalho, a educação por competências encontrou espaço adequado para frutificar. Segundo MANFREDI (2016) à medida em que o desenvolvimento industrial avançou e demandou força de trabalho em grandes quantidades, também foi necessário criar métodos de produtividade como a especialização de funções, separando o trabalho manual do intelectual.

A separação em questão é configurada pelo abandono do trabalho artesanal que necessitava do conhecimento de todos os processos do trabalho e assim exigia uma visão ampla do processo em detrimento de uma especialização, ainda segundo FERRETI (2004, p.406):

O processo de parcelarização, rotinização e degradação do trabalho que já se fizera presente desde o desenvolvimento da maquinaria, ofereciam os argumentos empíricos para evidenciar não apenas o processo de alienação a que estavam submetidos os operários e trabalhadores em certos setores dos serviços, mas também a perda de saberes que cada vez mais eram transferidos para as máquinas e os equipamentos.

A chegada do termo competências à pedagogia se dará, segundo RAMOS (2001), através de Benjamin Bloom, que evidenciaria a possibilidade de que 90% a 95% dos alunos pudessem aprender tudo que lhes fosse ensinado, desde que lhes fosse oferecido um ambiente adequado e que o ensino fosse orientado em três áreas: cognitiva, afetiva e psicomotora. Um elemento importante nesta discussão é que a educação por competências volta seu foco em uma educação a mais setorializada possível em termos de área de conhecimento e atividade profissional, deixando em segundo plano, conhecimentos mais abrangentes e interdisciplinares que propiciem uma visão crítica do trabalhador sobre o processo produtivo e seu papel dentro do sistema capitalista.

2.1 Metodologia baseada em Áreas Profissionais

Como citado anteriormente, alguns elementos jurídicos têm especial representatividade nesta renovação da educação profissional e tecnológica brasileira, entre eles o Decreto 2.208 de 1997 que definiu a educação profissional tecnológica em um formato não integrado ao Ensino Médio, porém concomitante ou subsequente, sendo que neste formato, existiam 21 áreas profissionais⁴. O decreto 5.154 de 2004, sob a égide do governo de Luís Inácio Lula da Silva revogou o decreto 2.208/97 e trouxe uma caracterização da educação profissional e tecnológica integrada ao Ensino Médio, com aspectos mais relacionados a um ensino de amplo aspecto, fugindo da simples especialização do trabalho, mas sem fugir à educação por competências.

Um elemento importante nesta discussão sobre as transformações na educação profissional e tecnológica é o Parecer elaborado pelo Conselheiro do Ministério da Educação Luiz Bevilacqua, Parecer CNE/CES nº 277/2006 (BRASIL, 2006), que muda a metodologia de classificação de cursos de Áreas Profissionais para Eixos Tecnológicos e posteriormente aprimorado por Francisco Aparecido Cordão através do parecer CNE/CEB nº 11/2008 (BRASIL, 2008) que publica o primeiro catálogo de cursos técnicos e tecnólogos já divididos em eixos.

Segundo MACHADO (2010), a crítica da metodologia da divisão de cursos das áreas profissionais abrange a “organização da oferta da educação profissional e tecnológica por áreas profissionais” que teriam gerado alguns problemas relacionados à “grande heterogeneidade entre as 21 áreas com relação ao número de cursos abrangidos”, dificuldade de alocação dos cursos e pouca relação entre os cursos de uma mesma área, além da “enorme dispersão

⁴ Agropecuária; Artes; Comércio; Comunicação; Construção Civil; Design; Geomática; Gestão; Imagem Pessoal; Indústria; Informática; Lazer e Desenvolvimento Social; Meio Ambiente; Mineração; Química; Recursos Pesqueiros; Saúde; Telecomunicações; Transportes; Turismo e Hospitalidade; Serviços de Apoio Escolar.

e multiplicidade de denominações de cursos” gerando a dificuldade para o MEC em mapear, gerir e avaliar esses cursos.

2.2 Metodologia baseada em Eixos Tecnológicos

A nova metodologia para a formulação do Catálogo de Cursos do Ministério da Educação veio em busca de trazer mais solidez e clareza na aprovação de cursos e certificações técnicas e tecnológicas. A imensa quantidade de denominações de cursos anteriores, cerca de 2700, acabava por sobrepor áreas e dificultava a compreensão do mercado sobre as certificações e mesmo a fiscalização e avaliação dos cursos por parte do Ministério da Educação. Os cursos em torno de Eixos Tecnológicos indicaram que estes passaram a guardar similaridades de ensino e segundo MACHADO (2010), poderia facilitar a interdisciplinaridade entre os cursos e mesmo o aproveitamento de estudos dentro de um mesmo eixo em formações subsequentes. Francisco Cordão em seu parecer (BRASIL, 2008), indica que a formulação de um núcleo politécnico comum propiciaria “um processo educativo mais sintonizado” com as demandas e fluidez do atual mercado de trabalho.

Ainda, segundo este autor no parecer CNE/CEB nº 11/2008 (BRASIL, 2008), a vantagem observada na mudança de metodologia mostrava a sua necessária adoção também para os cursos técnicos de nível médio. Nesta nova perspectiva metodológica a atual versão do Catálogo Nacional de Cursos apresenta doze Eixos temáticos⁵. O catálogo registra as competências, a carga horária, perfil profissional e infraestrutura mínima requerida para a implantação de cada curso.

Uma discussão importante na implantação dos Eixos Tecnológicos é o fato de que esta metodologia se afasta da ideia de formações com menor amplitude do conhecimento e que atendam ao ensino para postos de trabalho. Os eixos tecnológicos apresentam a perspectiva de uma formação que visa além do mundo do trabalho a perspectiva crítica sobre a função do trabalhador na sociedade e mesmo do seu entorno de vivência social. Esta visão pode ser observada na Resolução CNE/CEB nº6 de 2012 (BRASIL, 2012), que no Artigo 6º traz os seguintes incisos dedicados aos princípios norteadores dessa proposta:

- III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

⁵ Ambiente, Saúde e Segurança; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e *Design*; Produção Industrial; Recursos Naturais.

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo (p. 2-3)

Como se observa nestes incisos trata-se sobremaneira à questão de ensino que busque, mesmo dentro da educação profissional e tecnológica, oferecer uma visão que vá além de saber como lidar com ferramentas, equipamentos e serviços, mas que permita ao aluno adquirir consciência para interferir em seu ambiente profissional a partir de sua realidade social. Esta concepção, que se aproxima dos pressupostos da educação integrada e politécnica, busca um distanciamento quanto à lógica do ensino por competências, que tem um foco em especialização da educação voltado para as demandas estritas do setor produtivo. No entanto, este suposto distanciamento não se dá sem contradições o que fica claro no capítulo II da Resolução dedicado à organização curricular quando é retomada à idéia de competência subsumida à noção de saberes e de autonomia intelectual. Em seu artigo 14 evidencia-se que os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes, entre outros aspectos, o

[...] domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual.

2.3 O Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer do Centro Paula Souza

Para facilitar a compreensão deste universo de pesquisa foca-se o olhar no Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer do CPS. Eixos tecnológicos são agrupamentos de matrizes tecnológicas com base em critérios de coerência e pertinência, representatividade aos objetos de que trata o eixo, entre outros fatores. Assim, pode-se dizer que os cursos que compartilham “um mesmo eixo tecnológico têm nas matrizes (...) a inspiração para concepção de seus projetos pedagógicos, de suas estruturas curriculares, dos processos e de sua avaliação” (MACHADO, 2010. P. 100). A autora apresenta no mesmo estudo, com base no Catálogo Nacional de Cursos a composição dos eixos tecnológicos, sendo o eixo de hospitalidade e lazer aquele composto em suas matrizes tecnológicas por tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação.

Lançando o olhar de modo mais específico à implantação do Eixo Tecnológico em questão, o que se observa é que os cursos, mais notadamente os técnicos, passaram a ter focos extremamente especializados e com uma formação menos generalista. Em certa medida, esta especialização indica a possibilidade do aluno não ter contemplado em seus estudos uma visão mais ampla e generalista sobre a área de atuação, e mesmo dificuldade de inserção no mercado de trabalho, à medida que fica tolhido do reconhecimento das interdependências econômicas dos segmentos profissionais envolvidos na economia do turismo.

Fazendo-se uma análise empírica, o aluno que estuda em um curso de eventos, provavelmente não receberá conteúdos que o permita desenvolver competências de inter-relacionamento deste setor com o de hospedagem e

[agenciamento de viagens, por exemplo, que possuem profundas conexões dentro da lógica de cadeia produtiva do turismo.](#)

O fenômeno mercadológico e o estudo do turismo são disciplinas relativamente novas, assim como seu reconhecimento como uma indústria vital e em crescimento. A forma de se estudar e ensinar turismo, hospitalidade e lazer também se torna parte do desafio de gestores públicos e privados para estruturação e incorporação de práticas e projetos de cursos em instituições e projetos pedagógicos que abordem o fenômeno social e mercadológico frente aos desafios e oportunidades mercadológicos, sociais, econômicos e de inovação do setor. Existe também um debate sobre se a indústria do turismo pode ser vista como uma indústria por si mesma, em vez de ser uma atividade econômica, ligando setores através dos objetivos comuns dos seus consumidores. Em estudo realizado com o objetivo de compreender o ensino de turismo e hotelaria de nível superior no Brasil nos traz TEIXEIRA (2001, p.18):

Além dos métodos tradicionais de ensino, como aulas expositivas, pesquisas bibliográficas e seminários, os respondentes citaram as viagens/ visitas técnicas, as dinâmicas de grupo, o uso de vídeos, os filmes, as palestras, os estudos de caso, a realização de pesquisas e de projetos e a monografia de conclusão de curso. (...) Dentre os métodos inovadores mencionados pelos respondentes, cabe destacar o envolvimento de alunos em pesquisas, a realização de trabalhos interdisciplinares, a participação em estágios internacionais, a participação de alunos em empresas juniores, a criação de agências de turismo no campus, palestras sobre o mercado de trabalho, trabalhos de extensão, relatórios de visitas técnicas e monografias com produção de material gráfico ou audiovisual.

Para o desenvolvimento deste artigo é considerado o que se entende por educação profissional e tecnológica de nível médio e superior que se busca se fundamentar, a exemplo das universidades, no tripé ensino, pesquisa e extensão (BATISTA, 2011. p.102). Tal concepção também é defendida por FERREIRA (2013. p.306), quando fala da importância do dinamismo e dedicação dos docentes na visão dos alunos dos cursos tecnológicos.

3. Resultados e Discussão

O Centro Paula Souza (CPS, 2017), “é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). A instituição administra 221 Etecs e 68 Fatecs.” Atualmente atende mais de 290 mil alunos. Através das ETECs e FATECs oferta atualmente dois cursos tecnológicos no Eixo de Hospitalidade e Lazer, além de 08 cursos técnicos modulares e 03 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio – (ETIM). Em 2016 foi publicado um documento intitulado *Perfis dos Cursos – 2016 das ETECs e FATECs*, que traz orientações das unidades e cidades que ofertam os cursos, bem como o entendimento do perfil profissional do egresso para cada curso do eixo.

Com base no levantamento documental realizado são apontadas na tabela seguinte as declarações do CPS sobre os perfis de formação profissional do Eixo de Hospitalidade e Lazer. Através da comparação dessas declarações do Centro é possível traçar a aproximação e a reflexão dos impactos e

aplicabilidades do Catálogo de Cursos do Ministério da Educação e sua aplicação pelo CPS.

Tabela 1 – Formações Profissionais do Eixo Hospitalidade e Lazer do Centro Estadual de Educação Técnica e Tecnológica Paula Souza

| Curso | Perfil Profissional |
|--|--|
| Técnico em Agenciamento de Viagem | Apto a desenvolver atividades de venda e serviço de pós-venda de produtos turísticos, o técnico em Agenciamento de Viagem elabora roteiros, pacotes turísticos, emissão de bilhetes e orientação ao viajante. Realiza consultoria de viagens sobre roteiros e destinos, em conformidade com as demandas da atividade turística e executa serviços de guiamo. |
| Técnico em Cozinha | É o profissional que planeja, organiza, executa e supervisiona o trabalho em serviços de alimentação. Atua na organização da cozinha, na elaboração do <i>mise en place</i> , selecionando e preparando a matéria-prima. Participa da elaboração e organização dos pratos do cardápio. Executa cortes e métodos de cocção, utilizando as práticas de manipulação de alimentos. Opera e mantém em bom estado os utensílios, equipamentos e maquinário de cozinha. Armazena os gêneros alimentícios e controla estoques, consumo e custos. |
| Técnico e Ensino Técnico Integrado ao Médio em Eventos | Profissional auxilia e atua no planejamento, organização, coordenação e execução dos serviços de apoio técnico e logístico, utilizando o protocolo e etiqueta formal. Realiza procedimentos administrativos e operacionais. Recepciona e promove serviços de eventos. Planeja e participa da confecção de ornamentos decorativos. Coordena o armazenamento e manuseio de gêneros alimentícios servidos em eventos. |
| Técnico em Guia de Turismo | Profissional que orienta, assiste e conduz pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação. Informa sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros interesses do turista. Apresenta ao visitante opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis e, quando for o caso, concebe-o considerando as expectativas ou necessidades do visitante, tanto no âmbito regional e/ou nacional. Utiliza instrumentos de comunicação, localização, técnicas de condução, de interpretação ambiental e cultural. |
| Técnico em Hospedagem | Forma o profissional que atua na recepção e na governança em meios de hospedagem; executa atividades operacionais de recepção e atendimento a clientes, serviços de andares, atendimento a <i>room-service</i> , comercialização e marketing de produtos turísticos, além da realização dos serviços de reservas. O técnico orienta suas ações pelos critérios de qualidade na prestação de serviços, prestando suporte ao hóspede durante a estada; valoriza as características culturais, históricas e ambientais do local de sua atuação. |
| Técnico e Técnico Integrado ao Médio em Lazer | Organiza e executa atividades de lazer, recreação e animação sociocultural para as diversas faixas etárias, segmentos e programas sociais. Aplica técnicas de mobilização e articulação social na perspectiva da promoção da qualidade de vida. Também organiza e anima a formação de grupos de lazer, de acordo com os interesses da comunidade na perspectiva da inclusão social. |
| Técnico em Museologia | O curso forma o profissional que auxilia os trabalhos técnicos nos processos de organização, conservação, pesquisa e difusão de documentos e objetos de caráter histórico, científico, artístico, literário ou de outras naturezas, em museus e em instituições afins. O técnico também atua no planejamento e no gerenciamento de acervos e de respectivos espaços, nas instâncias pública e particular. Gerencia oferecimento de produtos e serviços ao público de espaços museológicos. |
| Técnico em Organização Esportiva | Profissional que desenvolve e organiza programas de atividades físicas e esportivas. Realiza eventos e atividades e a disseminação da prática da atividade física e do esporte na sociedade. Planeja espaços e a utilização de equipamentos, de acordo com a atividade ou evento. Identifica necessidades e potencialidades da área esportiva. Trabalha em equipe e proativamente, respeitando os princípios da ética profissional, das relações humanas e ambientais, sob a supervisão de um profissional de nível superior de Educação Física. |
| Restaurante e Bar | Recepciona, encaminha e atende o cliente. Coordena e controla os serviços e estoques. É responsável pelo serviço de mesa e coquetelaria. Domina a etiqueta do serviço de restaurante. Colabora na harmonização entre alimentos e bebidas. Orienta suas ações pelos critérios de qualidade na prestação de serviços, valorizando as características culturais, históricas e ambientais do local de sua atuação. |
| Técnico em Turismo Receptivo | O curso forma o profissional que recebe o cliente em agências de turismo, meios de hospedagem, restaurantes e empresas organizadoras de eventos. Organiza roteiros históricos, culturais e educativos, assim como desenvolve atividades inerentes à arte da hospitalidade. Presta informações, assistência e orientação técnica ao turista. |
| Tecnólogo em Eventos | O profissional atua no planejamento, organização, elaboração e execução dos diversos tipos de eventos. Coordena os aspectos administrativos, financeiros e logísticos envolvidos. Também cuida do planejamento a respeito do entretenimento e da alimentação que serão oferecidos. O mercado é bastante diversificado e está cada vez mais profissionalizado. São Paulo realiza, em média, um evento a cada seis minutos. São 90 mil por ano. A cidade é o maior destino de eventos internacionais das Américas, segundo a Associação Internacional de Congressos e Convenções (ICCA, na sigla em inglês). |
| Tecnólogo em Gestão de Turismo | O tecnólogo em Gestão de Turismo atua no agenciamento de viagens, planejamento de roteiros turísticos, desenvolvimento de ações para incentivo ao turismo e na captação e administração de recursos financeiros para projetos turísticos. Também trabalha com a administração de patrimônios culturais. Uma lei estadual de 2014 determina que municípios de interesse turístico tenham um Plano Diretor de Turismo, que pode ser feito e gerenciado pelo tecnólogo. |

Fonte: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (2016).

Com base nos perfis de curso levantados, percebe-se que os cursos do Centro Paula Souza estão aderentes à proposta das matrizes tecnológicas de hospitalidade e lazer, que prevê a formação voltada para profissionais que atuem em tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. A tabela 2, a seguir relaciona as matrizes aos cursos técnicos e tecnológicos apresentados:

Tabela 2 – Formações profissionais do CPS e a relação com as matrizes tecnológicas

| Curso | Matrizes Tecnológicas – tecnologias relacionadas aos processos | | | | | | |
|------------------------------|--|---------|---------|-------------------------|---------|----------------|-----------|
| | Recepção | Viagens | Eventos | Serviços de Alimentação | Bebidas | Entretenimento | Interação |
| Agenciamento de Viagem | X | X | | | | | |
| Cozinha | | | X | X | X | | |
| Eventos | X | | X | X | X | X | X |
| Guia de Turismo | | X | | | | X | X |
| Hospedagem | X | | | X | X | | |
| Lazer | | | X | | | X | X |
| Museologia | | | X | | | X | X |
| Organização Esportiva | | | X | | | X | X |
| Restaurante e Bar | | | X | X | X | | |
| Turismo Receptivo | X | X | | | | X | X |
| Eventos (Superior) | X | | X | X | X | X | X |
| Gestão de Turismo (Superior) | X | X | X | X | X | X | X |

Fonte: adaptado de Machado (2010).

4. Considerações finais

A noção da educação por competências desenvolveu-se dentro um panorama histórico relacionado com a industrialização e a busca de maior eficiência na produção em linhas de montagem, o chamado modo de produção taylorista-fordista. Esta concepção acabou por enveredar para o sistema educacional à medida que o capitalismo passou a fortalecer o caráter hegemônico do discurso em prol da produção e, como contrapartida em detrimento dos trabalhadores.

A educação por competências ao escorregar da psicologia da educação para a educação profissional e tecnológica assumiu um discurso de ensino especializado, onde não se prioriza a visão sistêmica e crítica do trabalho e do trabalhador. No Brasil esta discussão ganhou força com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que trouxe a terminologia das competências para sistema educacional. Sendo que, a princípio, adotou-se um sistema de divisão de cursos em Áreas Profissionais, que favorecia a aprovação de cursos com focos extremamente fechados em funções profissionais, ou seja, mais relacionadas aos postos de trabalhos do que às profissões que se esperava exercer com a formação profissional. Esta divisão, no entanto, mostrou-se pouco produtiva, à medida que o mercado de trabalho não compreendia as nomenclaturas de cursos, as áreas profissionais acabavam por se sobrepor e também pela

proliferação de nomenclaturas, criando dificuldades para se organizar e fiscalizar as instituições que ofereciam as formações.

Em 2006 foi proposta uma nova metodologia para a classificação e organização de cursos técnicos e tecnológicos, baseada em Eixos Tecnológicos. Estes Eixos agruparam áreas de conhecimento, mais próximas às áreas de pesquisa acadêmica, buscando oferecer maior interdisciplinaridade entre cursos de um mesmo Eixo. Prevê-se assim um núcleo politécnico comum, favorecendo-se visão mais ampla do mundo do trabalho, o que de certa forma, parece contrariar a educação por competências. A própria idéia de núcleo politécnico é contraditória em relação à educação por competências.

Os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Tecnológicos trouxe uma diversificação de cursos, como demonstrado na tabela 1, que acabou propiciando uma maior diversificação de formações. Porém, quando se observam as matrizes tecnológicas, em especial nos cursos técnicos, criaram-se formações muito específicas, que por vezes, podem trazer limitações na inserção profissional dos egressos.

Referências

BATISTA, Sueli S. S. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: entre a continuidade e a ruptura. *In*: CARVALHO, Maria L. M (org). Cultura, saberes e práticas: Memórias e História da educação Profissional. São Paulo. Centro Paula Souza. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em 21 de jul. 2017.

_____, Casa Civil. Decreto Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 21 de jul. 2017.

_____. Parecer CNE/CES nº 277/2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2008. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: < http://www.etec.ufsc.br/file.php/194/Referenciais_Nacionais/Catalogo_Nacional_de_Cursos_Tecnicos.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº6/2012. *Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio*. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>.

CASTIONI, Remi. Educação no mundo do trabalho: qualificação e competência. São Paulo: Francis, 2010.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Perfis dos Cursos 2016 - Etec/Fatec. Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br/publicacoes/perfis-de-cursos-etecs-fatecs/2016/2016-perfil-cursos-cps-miolo-site.pdf>>. Acesso em: 18 jul 2017.

_____. Perfil e Histórico. Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>>. Acesso em: 21 jul 2017.

FERREIRA, Cesário M. L. A educação tecnológica no terceiro milênio: implicações do pensamento complexo de Edgar Morin. 2013. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – Disponível em: <www.teses.usp.br> . Acesso em: 20 jul 2017.

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 401-422, 2004.

MACHADO, Lucília. A institucionalização da lógica das competências no Brasil. *Pro-posições*, v. 13, n. 1, p. 92-110, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643971>> Acesso em 20 jul. 2017.

_____. Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. *Linhas Críticas*, v. 16, n. 30, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da História. Ed. Paco Editorial. 2016.

RAMOS, M. N. Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho-educação. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UFF, 2001. Disponível em: <http://www.curriculo-uerj.pro.br/imagens/pdfTeses/Competenci_52.pdf> Acesso em 21 jul. 2017.

TEIXEIRA, Rivanda Meira. Ensino Superior em Turismo e Hotelaria no Brasil: Um Estudo Exploratório. *Revista Turismo em Análise*. São Paulo. Ed. 12. 2001. Acesso em: 08 jul. 2017